

A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES PRETAS

DIÔNVERA COELHO DA SILVA¹; GIOVANA PONTES FARIAS²; ³ANDRESSA FARIAS BARRIOS; ALINE ACCORSSI⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – diionveracoelho@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – giovanaup@gmail.com ³Universidade

Federal de Pelotas – andressa.barrios@hotmail.com ⁴Universidade

Federal de Pelotas – alineaccorssi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte do trabalho de doutorado da primeira autora, realizado no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O objetivo deste trabalho é debater a construção de conhecimento a partir da experiência de Mulheres Pretas. Sabemos que o meio acadêmico é um campo de disputa e muitas tensões se desenvolvem em seu interior, como conflitos ligados a aspectos socioculturais, étnicos, religiosos, entre outros, evidenciando assim, a necessidade de uma educação libertadora. Porém, enquanto não olharmos para as diferentes formas de colonialidade, teremos dificuldade de lançarmos alternativas para que as instituições de ensino se constituam de outras perspectivas, de outros paradigmas, metodologias e epistemologias não dominantes. María Lugones (2014) compreende a dicotomia hierárquica como sendo um processo central da modernidade colonial que tem como alicerce principal a divisão entre humano e não humano. A colonização das Américas e do Caribe sofreu influência de outras hierarquizações dicotômicas, como por exemplo, entre mulheres e homens, as quais tinham como objetivo validar uma escala de humanidade e civilidade (LUGONES, 2014). Para Frantz Fanon (2008), a humanidade no contexto colonial era determinada primeiramente pela raça e, a partir desse aspecto, o mundo era dividido entre a zona do ser e a zona do não ser.

As populações Ameríndias e Africanas eram consideradas não humanas, primitivas, selvagens, sem capacidade para pensar, escolher e decidir sobre as suas próprias vidas. Deste modo, sustentou-se a ideia de que elas “precisavam” que alguém definido como humano fizesse isso por elas, assim o homem branco europeu, se colocou no papel daquele que tinha a razão e humanidade para conduzir a vida de todos e de todas que estivessem do lado oposto da escala de humanidade. Logo as estruturas da sociedade, se organizaram a fim de favorecer os grupos de indivíduos considerados universais, civilizados, racionais, e “educados”. Um dos eixos que sustentaram a exploração colonial e capitalista é o racismo estrutural que percorre e se entranha nas diferentes instituições, sobretudo nas instituições de ensino brasileiras. As escolas e as universidades são instituições que possuem um papel fundamental para a realização das mudanças que nossa sociedade precisa enfrentar; uma vez que a desigualdade econômica e social no Brasil é cada vez maior (NUZZI, 2022). Tais desigualdades se amparam nas diferenças sociais que demarcam os lugares de poder, porém não se trata de assumir os lugares de poder, quando estes são pautados na subjugação de determinados grupos, mas sim, de fazer resistência a esses lugares a fim de tenciona-los e rompê-los. Portanto, deselitizar a educação é uma

ação urgente e sabemos que, para isso, precisamos olhar criticamente os sistemas de dominação.

2. METODOLOGIA

Esse trabalho se caracteriza como sendo um ensaio teórico (MENEGETTI, 2011; BERTERO, 2011) o qual evidencia o pensamento de intelectuais pretas sobre a produção de conhecimento baseada nas experiências de mulheres pretas. Nesse sentido, bell hooks (2019, p.37) lembra que a,

Descolonização como um processo político é sempre uma luta para nos definir internamente, e que vai além do ato de resistência a dominação, estamos sempre a recordar o passado, mesmo enquanto criamos novas formas de imaginar e construir o futuro.

As experiências de vida, nesse sentido, são fundamentais para resistir a dominação e para a construção de conhecimento científico. E, neste trabalho, nos baseamos na valorização destas experiências contadas e escritas por mulheres pretas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Políticas de Ação Afirmativa no ensino superior público permitiram a entrada de uma parte da população que antes era tratada como *objeto*¹, e apenas eram reconhecidas como aqueles e aquelas que tinham como única função servir a elite. Estes grupos, movimentaram as estruturas coloniais da educação brasileira e começaram a produzir conhecimento e questionar os currículos e as práticas de ensino que são aprendidas nos cursos de graduação e pós-graduação. Assim, a Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas que foi aprovada por unanimidade em maio de 2012 pelo Supremo Tribunal Federal, junto com as leis nº 10.639/03 e 11.465/08 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos das redes de ensino foram marcos importantes para subverter a lógica colonialista na educação brasileira. A presença de mulheres *negras*² nas Universidades Brasileiras culminou com a formação de um pensamento *negro* que convergissem com a experiência interseccional a qual essas mulheres vivenciam. Muitas questões foram trazidas por esses grupos, como a permanência estudantil, o racismo epistêmico, estrutural e institucional. Assim, as mulheres *negras* ainda lutam para continuar na universidade, visto que faz parte de um projeto de vida que é político-pessoal-coletivo, pois elas entendem a importância da educação e a necessidade de romper radicalmente com as violências produzidas fora e dentro do ambiente acadêmico. Patrícia Hill Collins (2019) considera que o pensamento feminista *negro* é um tipo de conhecimento especializado o qual reflete a experiência distinta de mulheres *negras*. Para ela, também é um conhecimento subjugado,

¹ O termo objeto não possui variação de gênero na língua portuguesa, deste modo, optamos por destacar tal violência através da escrita da palavra em itálico (KILOMBA, 2019).

² O termo negra/o em diferentes partes do mundo foi utilizado para a desumanização e subordinação das pessoas com descendência africana. Na língua portuguesa, bem como no contexto brasileiro, não ocorreu a diferenciação do sentido entre as palavras preta/o e negra/o, entretanto, a fim de tensionar a terminologia colonial, optamos pela utilização do termo negra/o em itálico e minúsculo conforme Grada Kilomba, (2019) sugere.

porque o mesmo foi inviabilizado por uma interpretação universal de mundo, que as impediu de fazer parte das estruturas sociais como, por exemplo, as instituições de ensino. Desse modo, essas mulheres tiveram que expressar seus saberes por vias alternativas como a música, a literatura e as relações cotidianas, as quais foram importantes para a conscientização feminista *negra*. Collins (2019), compreende que,

É improvável que um pensamento especializado que coloque em xeque pressupostos de inferioridade feminina *negra* seja gerado em ambientes acadêmicos controlados por homens brancos, porque tanto as perguntas elaboradas nesse contexto como as respostas refletiriam necessariamente uma falta básica de familiaridade com as realidades das mulheres *negras*. Mesmo aqueles que acham que estão familiarizados com tais realidades podem reproduzir estereótipos. Acreditando-se conhecedores do assunto, muitos pesquisadores defendem firmemente as imagens de controle das mulheres *negras* estadunidenses como *mammies*, *matriarcas* e *jezebéis*, e permitem que percepções baseadas no senso comum permeiem seus estudos (COLLINS, 2019, p. 406, grifo nossos).

Collins (2019) cita algumas dimensões que são utilizadas pelas afro-americanas para subverter as epistemologias dominantes e formar uma epistemologia alternativa, são elas: a) A experiência vivida como critério de significado em que seu uso é fundamental para a sobrevivência de mulheres *negras*, que são conscientes das opressões interseccionais e as usam para analisar o conhecimento, assim o “conhecimento sem sabedoria é suficiente para os poderosos, mas sabedoria é essencial para a sobrevivência dos subordinados (COLLINS, 2019, p. 411) cuja vivência é mais relevante do que abstrações sobre ela. b) O uso do diálogo na avaliação de reivindicações de conhecimento, o diálogo é baseado nas tradições orais de matriz africana e cultura *negra* em diáspora, sendo fundamentais na forma como alguns grupos, especialmente as mulheres se conectam e constroem seus saberes. c) Ética do cuidar em que “sugere que a expressividade pessoal, as emoções e a empatia são centrais para o processo de validação do conhecimento” (COLLINS, 2019, p.419). d) A ética da responsabilidade pessoal, referem-se aos valores, a ética e o contexto social em que a pesquisadora se insere, e se estes, andam junto com o conhecimento e posicionamento que a mesma manifesta, sendo, portanto, a postura pessoal uma forma de validação do conhecimento produzido por ela.

4. CONCLUSÕES

Concluimos que a universidade ainda se apresenta como um lugar que representa e perpetua práticas colonizadoras, tanto na produção de conhecimento, quanto nas relações estabelecidas entre as pessoas que constituem a instituição. Percebemos que a entrada de mulheres pretas na universidade vem promovendo a discussão de temas antes silenciados e invisibilizados, a partir das suas experiências de vida, essas mulheres vem produzindo conhecimento, e questionando a colonialidade do saber na academia. As mulheres pretas tensionam as estruturas de poder e conhecimento hegemônico, produzindo teorias, metodologias e epistemologias que estejam ligadas sobretudo às suas experiências no mundo, e a forma como enxergam as relações vividas e produzidas na sociedade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTERO, Carlos Osmar. Réplica 2 - O Que é um Ensaio Teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista de administração contemporânea**, v. 15, n. 2, 2011, p. 338-342. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200012>

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. (J. Oliveira, Trad.). Cobogó. (Obra original publicada em 2008), 2019.

FRANTZ, Fanon. **Pele negra, máscaras brancas**. (R. da Silveira, Trad.). Salvador: Edufba: 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, setembro-dezembro/2014.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um Ensaio-Teórico?. **Revista de administração contemporânea**, Curitiba, v. 15, 2011, p. 320-332. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>

NUZZI, Vitor. Desigualdade cresce no Brasil, e rendimento mensal é o menor em 10 anos. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 10 de jun. 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2022/06/desigualdade-cresce-rendimento-cai/>. Acesso em: 17 de ago. de 2022.